

Revisitando Mário de Andrade: pensamento social e cultural sob a Ditadura de 64

Maria Eduarda Sampaio Alves

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV)

Resumo

No cenário das décadas de 1960 e 1970, é plenamente possível pensar um espírito de renovação das vanguardas modernistas, principalmente sobre as figuras de Oswald e Mário de Andrade, na reinterpretação de obras como a peça *O Rei da Vela* (1967) e a adaptação cinematográfica de *Macunaíma* (1969). Entendendo a arte e a cultura como formas de contextualizar e analisar o período da Ditadura de 1964, considera-se esse movimento de retomada como uma apropriação não só artística, mas de perspectiva social. Uma forma das intelectualidades da época reavaliarem uma arte engajada e conectada a uma cultura popular genuinamente nacional, em oposição às ideias de nação promovidas pelo regime. Objetiva-se analisar, então, como especificamente Mário de Andrade se tornou a personificação dessa busca, um elemento constante da memória coletiva dos movimentos de resistência cultural durante o regime de 64. Para compreender essa conjuntura político-cultural, pensa-se aqui a análise de dois periódicos alternativos, o *Leitura* (1942-1973) e *O Pasquim* (1969-1991), como espaço de encontro de artistas, estudantes e militantes na divulgação da lembrança de Mário de Andrade. Repensado por esses grupos como uma herança moral que funde sua vida e obra, desde a figura de Macunaíma até seu trabalho no Departamento de Cultura, esta pesquisa busca elucidar as complexas interações entre política, cultura e identidade nacional. Analisa-se como a memória de Mário foi reinterpretada e instrumentalizada no discurso das esquerdas e dos movimentos sociais e como, a partir disso, podemos entender como esses grupos percebiam e refletiam o cotidiano em que viviam.

Palavras-chave: Mário de Andrade. Modernismo. Ditadura Militar Brasileira. Pensamento Social. Resistência Cultural.

Introdução

A cultura, quando a reconhecemos tanto seus aspectos cultos quanto populares, é um fundamental fenômeno de interpretação da identidade nacional. Em um país tão plural como o Brasil, torna-se essencial reconhecer uma visão mais abrangente e dinâmica da nação, seja através do folclore, de seus hábitos culturais ou de sua arte. Para Mário de Andrade, o papel do intelectual e do artista é explorar e valorizar essa multiplicidade em um ativismo cultural crítico, que não somente interfere na esfera estética, mas que reflexiona sobre os problemas políticos e culturais do Brasil.

O que argumentamos aqui é como, entre as várias formações possíveis dos intelectuais que constituem o pensamento social brasileiro, um artista pode também contribuir como um intérprete do Brasil em sua própria maneira. Para Antonio Candido (2022, p. 11), o caso de Mário era a aspiração de “[...] arrancar a cultura dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da maioria”. Isso é, tanto na posição de sua produção literária, mas também em sua participação ativa nos estudos da cultura brasileira, na experiência no Departamento de Cultura de São Paulo e no projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Em contrapartida - ou como encadeamento- ao momento político perturbado das décadas de 1960 e 1970, os movimentos artísticos do Brasil têm, nesse mesmo período, um florescimento exponencial, seja na literatura, no cinema, no teatro, na música ou nas artes plásticas. Usamos o termo ‘encadeamento’ pelo compromisso político intrínseco da expressão estética nesse momento, assumindo uma postura engajada que refletia e dialogava com as tensões e lutas contemporâneas.

Enquanto esse período pode ser caracterizado como um “segundo ciclo vanguardista brasileiro,” conforme aponta Marques (2022), este trabalho se propõe a identificar e analisar principalmente a profunda influência do primeiro grande momento de vanguarda no país — o Modernismo —, com especial atenção à perspectiva marioandradina, no contexto de reestruturação dos movimentos políticos e culturais durante a Ditadura Militar. A partir da investigação de periódicos como espaços sociais tal qual é proposto por Cruz e Peixoto (2007), estudamos duas revistas de destaque literário e militante durante os Anos de Chumbo, *O Leitura* (1942-1973) e *O Pasquim* (1969-1991).

Não buscamos aqui uma análise objetiva das menções a Mário de Andrade nas reportagens, mas sim entender como sua figura e obra se consolidaram como símbolos importantes de um pensamento ideológico que sustentava as resistências políticas e culturais da época. Esses periódicos, vinculados a grupos progressistas, encontravam nas ideias marioandradinas um caminho para o desenvolvimento cultural e social do país. Argumentamos, portanto, que a influência de Mário de Andrade se manifestou em temas ainda hoje debatidos e que ocuparam lugar central no pensamento das esquerdas durante a Ditadura Militar, como o reconhecimento do papel crucial da intelectualidade engajada e a necessidade de refletir sobre uma cultura mais inclusiva e para a formação de um nacionalismo alternativo às superficiais aspirações de nação promovidas pelo regime.

Cultura na ditadura

Para Renato Ortiz, o Brasil é um fenômeno singular no sentido em que une duas ideias tradicionalmente opostas: a modernidade e a tradição. O que o sociólogo chama de “a moderna tradição brasileira” (Ortiz, 1988, p.32) é uma tentativa de explicar o esforço histórico que liga os processos de modernização a construção simbólica da nação, como ocorreu em diversas nações européias, mas que em um país periférico como o Brasil, carrega uma “inadequação de certos conceitos aos tempos em que são enunciados”. Isso é, para o autor, um momento chave como o surgimento do movimento Modernismo de 1922 não necessariamente significou uma modernização efetiva no aspecto político e social no país, mas de certa maneira adiantou temas que se concretizariam em cenários futuros.

Ortiz oferece uma interessante perspectiva nos estudos sobre a identidade nacional a partir das transformações das décadas de 1950 até 1970. Em um país de formação recente como o Brasil, questiona-se a relação entre passado, presente e futuro: existiu realmente um passado simbólico a ser retomado? Existe uma identidade comum brasileira? O livro traz um debate dessas contradições presentes na modernidade, como a tensão entre a preservação das tradições culturais e a pressão para se modernizar, entre a manutenção de sua diversidade nacional e a adaptação a novas formas de vida e expressão globalizadas.

Dessa forma, Ortiz pensa uma divisão no campo cultural no que ele considera os verdadeiros momentos da modernização brasileira. primeiramente na década de 1950 e do começo dos anos 1960, em um momento particular de crescimento tecnológico, industrial e social, e o pós-golpe militar,

quando o país passa por uma verdadeira inserção capitalista global, com o aparecimento de uma sociedade de consumo e da indústria de bens culturais.

Predominou durante esse período a ideia de uma hegemonia cultural das esquerdas como referida por Roberto Schwarz (1987, p.67), isso é, a ideia de que “[...] apesar dos tanques da ditadura rolando periodicamente pelas ruas”, havia um “terrorismo cultural” das esquerdas que invadia o espaço público. Fosse nas livrarias, no teatro ou na movimentação estudantil do começo dos anos 1960 ou nos controversos protestos de artistas em oposição ao regime que passavam na televisão, a resistência à ditadura tocava o ritmo cultural. Apesar dos interesses e tentativas do Estado e do mercado em se apropriarem das temáticas artísticas, como na Empresa Brasileira de Filmes S.A (Embrafilme) ou com o Festival Internacional da Canção, a produção cultural manteve um tom de contestação e crítica, frequentemente utilizando as próprias plataformas oferecidas pelo regime para subverter suas narrativas. Essa dinâmica paradoxal entre controle e contestação marcou profundamente o cenário cultural brasileiro, reafirmando o poder da arte como veículo de resistência política e social.

A predominância da literatura científica sobre esse período define dois momentos principais de orientação dos movimentos artísticos da época. Marcelo Ridenti (2014) define o final da década de 1950 e o começo dos anos de 1960 como um “Romantismo Revolucionário”, de semelhança com o Romantismo alemão pelas ideias de identidade comum entre povo e nação, mas revolucionário pela proximidade com as temáticas do nacional-desenvolvimentismo que tomavam os ânimos a época. Já um segundo momento começa a aparecer a partir de 1968, com o decreto do Ato Institucional n.º 5. Nesse período, a arte assume um contexto mais relacionado aos movimentos de contracultura e de experimentação artística, mais voltado à contestação social do que política.

O legado modernista

Um especialista nos estudos do Modernismo, Candido defende o movimento como a primeira autêntica vanguarda artística brasileira. Além das tentativas do Romantismo de equilibrar as forças nacionais com as influências estrangeiras, foi o Modernismo que efetivamente produziu uma originalidade própria brasileira porque acentuou a “libertação de uma série de recalques históricos, sociais, étnicos, que são trazidos triunfalmente à tona da consciência literária” (Candido, 2006, p.126).

Celso Favaretto (2013) argumenta de maneira semelhante o destaque nacional e internacional do movimento de 1922. Não somente um movimento artístico, o Modernismo foi uma corrente de pensamento transformadora e modernizadora, que refletiu uma nova abordagem estética e intelectual que desafiava normas estabelecidas e buscava uma identidade cultural autêntica e inovadora. Retomando a ideia de Ortiz (1988), admite-se que o Modernismo não apresentou conquistas políticas e sociais imediatas, mas adiantou temáticas que ganharam espaço central principalmente nos governos do final da década de 50 e do começo de 60. É nesse novo contexto, no que Favaretto refere-se como a “institucionalização dos símbolos de modernidade” (2013, p.6) que, impulsionado pelo desenvolvimentismo econômico e social da época, a cultura nacional ganha uma importância não apenas artística, mas também carregada de implicações e objetivos sociais e políticos.

Se entendemos o movimento artístico e cultural iniciado em 1922 como um ponto-chave no pensamento cultural e social do país, é necessário aprofundarmos também na compreensão da institucionalização do Modernismo, especialmente como aconteceu no cinquentenário da Semana de Arte Moderna em 1972. As comemorações aos cinquenta anos da Semana envolveram a reedição dos

trabalhos de Oswald de Andrade pela Civilização Brasileira, exposições como no Museu de Arte de São Paulo *A Semana de 22: antecedentes e consequências* e ainda a peça de José Carlos Queiroz Telles *Esses intrépidos rapazes e sua maravilhosa Semana de Arte Moderna* (Hollanda; Braga-Pinto, 2022).

Embora alguns desses eventos tenham sido patrocinados pelo regime militar, como nas ações de Jarbas Passarinho à frente do Ministério da Educação, Marcos Napolitano (2023) pensa essa aproximação mais como uma tentativa de propaganda do regime. Acima de um patriotismo alienante, o Modernismo buscava estabelecer uma conexão verdadeiramente profunda com a identidade nacional e promover um debate crítico sobre a sociedade brasileira, abrindo espaço para novas perspectivas e práticas culturais. Fosse no estudo da cultura popular, na experimentação formal ou na crítica social, direta ou indiretamente as correntes artísticas das décadas de 1960 e 1970 se viam influenciadas pelas temáticas e conquistas do modernistas.

É nesse sentido que Antonio Candido escreve *A literatura Brasileira em 1972*. O autor destaca, nesse momento da década de 1970, a presença metafísica de duas “figuras vivas e atuantes, fazendo parte do panorama literário” da época: Oswald de Andrade e Mário de Andrade (1977, p.15).

Em uma entrevista recente, uma figura chave do Tropicalismo como Caetano Veloso contou como a redescoberta de Oswald de Andrade foi uma revelação na década de 1960. A partir da encenação da peça *O Rei da Vela* pelo Teatro Oficina em 1967, “[...] Oswald parecia sintetizar o turbilhão que vinha me passando pela cabeça desde 1966, desde *Terra em Transe*. Li e reli [*Memórias Sentimentais de João Miramar* e *Serafim Ponte Grande*]” (Leal; Sombra, 2017). De maneira semelhante, o lançamento do filme *Macunaima* em 1969, dirigido por Joaquim Pedro de Andrade, foi revolucionário no campo cultural. Para um ator de importância cultural tão central quanto Grande Otelo, a obra representa um retrato significativo do brasileiro, destacando a complexidade e a diversidade da identidade nacional (RODA VIVA, 2021).

A atualização do legado modernista pareceu pender muito mais para a influência oswaldiana, com Mário de Andrade se aproximando mais de uma, no que aponta Antonio Candido, “relativa área de sombra, de que talvez ainda custe para sair, junto a opinião mais dinâmica dos jovens renovadores” (1977, p.16). Nesse sentido, qual o espaço que sobra para o pensamento marioandradino? O que buscamos argumentar neste trabalho são as semelhanças explícitas e implícitas do movimento cultural e social da oposição à ditadura militar com a figura de “homem público” de Mário de Andrade.

Marques (2022, p.153) define uma separação entre as influências de Mário e Oswald no panorama cultural do período em dois momentos, respectivamente: o final dos anos 1950 e o começo dos anos 1960 com um modernismo “solar e construtivo, enunciador de grandes promessas”, nacional e progressista, e o pós-68, com o aumento da censura, das perseguições e das interferências estrangeiras marcado por “uma espécie noturna e destruidora de modernismo, afeita ao deboche e à violência” que lembra as teorias antropofágicas. A produção oswaldiana tinha como marca a despreocupação com a formalidade. O movimento antropofágico era irreverente, provocativo e totalmente a favor da experimentação, adotando a metáfora de devorar e assimilar influências culturais internacionais para transformá-las. Foi esse espírito transgressor que nas décadas de 1960 e 1970 tanto aproximou a figura de Oswald de Andrade aos jovens da Tropicália, até mesmo referenciando a corrente como um “neo-antropofagismo”.

É difícil definir um momento exato de virada dessas mentalidades modernistas, e trabalhamos aqui exatamente com a variedade dessas manifestações, enxergando a tendência de Mário não como vinculada a um momento específico, mas sim a temas de influência mais profunda no pensamento artístico e cultural. Portanto, baseamos nossa análise a partir da lembrança de artistas, estudantes,



acadêmicos e militantes políticos da produção e da própria figura de Mário de Andrade como essencial pensador brasileiro. Não buscamos uma leitura legítima de quem foi o autor estudado, mas sim de que forma foi apropriado e reinterpretado por esses movimentos de resistência à ditadura militar. Nosso foco está em como a figura e as ideias de Mário foram mobilizadas para engendrar reflexões críticas e expressar formas de oposição ao regime, evidenciando sua relevância e impacto na luta pela liberdade e pela identidade cultural durante esse período.

“Que diria Mário de Andrade do regime em que vivemos?”

Este estudo adota uma abordagem baseada na História Social para investigar os periódicos de uma forma que difere dos métodos tradicionais, focando em suas subjetividades em vez de tratá-los como fontes neutras. Seguindo o pensamento de Heloisa e Maria do Rosário (2007), argumenta-se que a análise dos jornais e revistas deve levar em conta o contexto social e as lutas políticas em que essas publicações estão inseridas. A imprensa, em suas diversas formas, reflete e influencia as dinâmicas culturais e políticas de cada época, tornando-se um espaço crucial para a organização social. Portanto, ao estudar esses veículos, é essencial interpretar as ideologias subjacentes e observar como elas variam ao longo do tempo.

A historicidade dos periódicos revela que, em momentos de conflitos de poder e sob regimes autoritários, surgem e persistem publicações que se tornam pontos de reorganização das resistências políticas. Os periódicos selecionados para esta pesquisa foram escolhidos propositalmente por seu caráter alternativo e por evitarem os circuitos das grandes mídias de suas épocas. Além disso, a escolha desses veículos foi guiada por seu engajamento com grupos políticos e sociais específicos, reconhecendo que a análise não deve ser neutra, mas sim atenta às articulações políticas que esses periódicos expressam.

O *Pasquim* foi um periódico ligado ao campo cultural e político, surgido no Rio de Janeiro como uma resposta ao endurecimento da censura e da repressão estatal após o AI-5, que intensificou a perseguição à liberdade de expressão. O jornal, fundado em 1969 e ativo até 1991, se destacou por sua linguagem irreverente, que misturava crítica política com humor, uma estratégia que lhe permitiu driblar a censura e alcançar um público amplo. Os colaboradores do jornal, muitos dos quais figuras destacadas da cultura brasileira, formaram o que ficou conhecido como a "Geração Pasquim", marcando profundamente o jornalismo brasileiro (Queiroz, 2004).

Já o também carioca *Leitura* foi um “boletim bibliográfico” que contou também com colaboradores variados. Tendo lançado edições de 1942 até 1968, publicou artigos de autores mais clássicos, como o próprio Mário de Andrade, até os mais contemporâneos. Embora fosse uma publicação literária, a revista possuía um caráter ideológico implícito. Em particular, a *Leitura* foi um espaço onde se discutiam ideias sobre a construção de um público leitor democrático, explorou-se também temas políticos, como o antifascismo e a função social da arte (Doce, 2012).

Pensando já uma retrospectiva crítica do movimento, em homenagem ao vigésimo aniversário da Semana de Arte Moderna de 1922, Mário de Andrade apresentou para o público presente na biblioteca do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro a conferência *O Movimento Modernista* (1942). Em um balanço do que considerava, naquele momento, um movimento concluído, o paulista destacou a postura crítica e iconoclasta, tanto artística quanto política, trazida pela experiência vanguardista. Para o artista, o movimento não poderia ser um exemplo porque não se

concretizou em sua totalidade, porque era um trabalho isolado e falhou em se afastar do individualismo, do aristocratismo e da alienação de sua época. O Modernismo não poderia contribuir como exemplo para a posteridade, mas ao menos poderia ser uma lição, servir como o “prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional” (Andrade, 1942, p. 231).

A ideia de estruturação mais formal do movimento de 1922 foi então central na produção marioandradina. Fala-se do esforço de um “trabalho de formação”, em uma “espécie de ideal que funcionaria como orientação na passagem do mimetismo à criação” (Favaretto, 2013, p.3) da cultura brasileira, isso é, a capacitação dos artistas brasileiros no distanciamento da mera imitação estrangeira e aproximação das raízes culturais populares do país com as formas artísticas cultas, como em seus ensaios sobre a música brasileira ou os estudos sobre os aspectos do folclore.

Mário possuía, portanto, um reconhecimento como artista, figura central do modernismo, mas também como pensador da cultura brasileira em um sentido geral. O reencantamento do movimento de 1922 nas décadas de 1960 e 1970 foi essencial para a institucionalização de sua figura e de seus esforços no estudo do Brasil. Pensamos aqui, então, duas vertentes de pensamento de movimento marioandradino: um lado focado em sua visão artística, em seus livros poéticos e especialmente na rapsódia *Macunaíma*, e outra inspirada em seu trabalho teórico no Departamento de Cultura de São Paulo e no projeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Nas décadas de 1930 e 1940 se pensava uma noção de “cooptação” do Modernismo pelo Estado varguista na participação de alguns de seus artistas e intelectuais em funções governamentais, como Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e mesmo Mário de Andrade. Principalmente em uma figura mais vinculada ao Partido Comunista Brasileiro, como foi Oswald de Andrade, a aproximação de Mário com o regime e seu afastamento das teorias oswaldianas do manifesto da poesia Pau-Brasil (1924) e do Manifesto Antropofágico (1928), demonstrava que o artista estava disposto a “atrapalhar assim a revolução social” (Andrade, 1990, p.106).

As décadas de 1960 e 1970, porém, marcam uma clara revisão do pensamento político de Mário de Andrade. No período da ditadura militar no Brasil essa releitura de personagens e símbolos culturais por grupos artísticos e intelectuais adquiriu um caráter político explícito, aqui tomados não somente pelo reconhecimento da ação política de Mário de Andrade em vida, mas também da forma de que o falecido autor se oporia o regime militar.

Na revista *Leitura*, por exemplo, Otto Maria Carpeaux associa Mário a já um opositor da extrema-direita quando em 1944 contribuiu com o manifesto do I Congresso Brasileiro de Escritores. No artigo “Os escritores e a situação” o austríaco nacionalizado pontua o destaque da política em Mário de Andrade. Para ele, se Mário estivesse vivo no período,

[...] sua assinatura não faltaria embaixo do protesto contra a intervenção da Editora Civilização Brasileira. Não poderia ele prever que, 20 anos depois, seria novamente necessário protestar [...] (junho/julho de 1964, p.11).

Da mesma forma pensa um de seus amigos e biógrafo, Paulo Duarte. Na pergunta do entrevistador Alceu Amoroso Lima no *Pasquim* “Que diria Mário de Andrade do regime em que vivemos?” A resposta é curta, “O mesmo que eu: xingava” (Verissimo, 18 a 25 dez. 1975, p. 12).

É nesse contexto que são repensadas as teorias marioandradinas de função social da arte, debatidas pelo artista principalmente após a instauração da ditadura de Getúlio Vargas (Jardim, 2015).

Marques (2022) associa as teorias de arte social de Mário com a organização do Centro Popular de Cultura pela União Nacional de Estudantes no começo da década de 1960. Se as ideias do CPC de transformação da arte em instrumento ideológico eram talvez por demais simplificadoras da importância da arte, o autor destaca como foi a tensão entre a criatividade e as exigências políticas que moldou a prática artística do período.

Para Sérgio Cabral, o artista paulista era um exemplo de arte engajada, além da arte pela arte. Em um dos quadros da seção “As dicas”, Cabral aponta no discurso marioandradino um exemplo de ativismo para os artistas contemporâneos, Não somente a necessidade da pesquisa etnográfica para aproximar-se do povo e da cultura brasileira, é necessário expor-se abertamente contra o autoritarismo. Citando o autor paulista, o jornalista destaca:

O artista pode não ser político, enquanto homem, mas a obra de arte é sempre política enquanto ensinamento e lição; e quando não serve a uma ideologia serve a outra, quando não serve a um partido serve ao seu contrário (Cabral, 5-7 mar. 1970, p.35)

Já no *Leitura* somos apresentados a um exemplo prático da influência do autor de *Macunaíma* e das relações ideológicas dessa lembrança. Na resenha do livro *Antologia dos Novíssimos* de José Mariano Carneiro da Cunha, o colaborador Paulo Dantas menciona o trabalho de alguns poetas mais conhecidos, como Álvaro Alves de Faria ou Decio Bar, principalmente destacando o poder dessa poesia “insatisfeita, revolucionária”, cujas influências iam de Mário de Andrade até Karl Marx (Jul. 1961, p. 54).

A ideia da importância da “função” da arte como instrumento de transformação social dá destaque a ideia de Mário de Andrade como um pensador social brasileiro. Como no *Pasquim*, em que é mencionado como “preocupado com a política, com o fascismo, etc e tal” (Cabral, 1970, p.35). Em uma entrevista do periódico a Carlos Drummond de Andrade, no reconhecimento da importância do movimento modernista e de seus líderes, é interessante outro comentário de Sérgio Cabral neste mesmo sentido:

Mário de Andrade foi um cara muito importante na Semana de Arte Moderna de 1922, coisa e tal e foi, na minha opinião, um dos maiores intelectuais brasileiros de todos os tempos, no sentido de que conhecia profundamente vários tipos de atividade cultural, era um criador e um crítico como poucos, um revolucionário, coisa e tal (15-21 jul. 1971, p.5).

Já no *Leitura*, o verde-amarelista Menotti del Picchia, antigo companheiro do Grupo dos Cinco, chega em uma interpretação semelhante ainda em 1960. Para ele:

Creio que o primeiro passo para o desencadeamento do movimento modernista de 22 se deu como eu encontro com Oswald de Andrade combinado à conspiração, dias depois o autor de *Marco zero* descobriu Mário [...] estabelecido o triunvirato inicial, Mário logo se destacou como líder. Seu gênio encontrava no nosso apoio força para vencer a sua timidez. proclamei-o Tiradentes da nossa inconfidência. Outros o chamaram o Papa do futurismo. O certo é que ele continua a ser um marco na história do pensamento brasileiro (fev. 1960, p.15).

Por fim, retornamos a ideia de Mário de Andrade enquanto estudioso cultural. Enquanto por um considerável tempo o autor paulista foi desconsiderado entre seus contemporâneos e por uma literatura especializada por sua associação com o regime varguista no Departamento de Cultura de São Paulo e na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sob o regime varguista, como é melhor referenciado em Nicodemo (2016), a importância de sua participação política, mesmo que em um regime autoritário, ia além de uma adesão ideológica, mas um reconhecimento da necessidade de institucionalização da cultura popular e do folclore.

É um exemplo bem interessante do pensamento marioandradino em sua relação com a pesquisa cultural sua influência, na década de 1970 e 1980, na produção do então diretor da Fundação Nacional de Artes, Hermínio Bello de Carvalho, como apresentado melhor em Silva (2015). Outra importante menção a Mário está também no trabalho do folclorista Edison Carneiro, criador da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) de 1958, sendo diretor do órgão de 1961 até 1964, quando foi compulsoriamente afastado pela junta militar. Em texto que publicou no *Leitura*, ele destaca ativismo de Mário de Andrade. Em um texto claramente ideológico, se os políticos da Primeira República e do governo varguista não se interessam realmente pela valorização e preservação da cultura nacional no estudo do folclore, Mário de Andrade foi a grande exceção que agora guiava o pensamento da campanha (abr. 1961, p. 37). De maneira parecida, o *Pasquim* realça a significativa participação do poeta no Departamento de Cultura paulista. Na entrevista a Paulo Duarte supracitada, o biógrafo ironiza o tamanho da relação de sacrifício de Mário para a cultura brasileira, “Ele se integrou de tal maneira no Departamento que quando foi expulso teve aquele choque, do qual não se recuperou e morreu” (19 a 25 dez. 1975, p. 9).

Conclusões

Em resumo, argumentamos aqui a pertinência de Mário de Andrade enquanto um pensador social e cultural, um artista que se propôs a analisar com profundidade o popular brasileiro e as tensões da identidade nacional, como a divisão entre o erudito e o popular, a tradição e a modernização. Não se fala aqui de desconsiderar sua posição como literato, mas compreender como a arte e a política andam juntas como forma de analisar a sociedade brasileira.

A partir da análise dos periódicos, foi importante analisar a produção teórica e artística de Mário de Andrade como complementares, isto é, partes integradas de um mesmo projeto intelectual. A teoria e a prática artística em Andrade se alimentam mutuamente, contribuindo para uma compreensão mais profunda de sua visão sobre a cultura brasileira. Dessa forma, suas ideias sobre identidade, nacionalismo e cultura popular encontram expressão tanto em livros como em *Ensaio sobre Música Brasileira* (1928), quanto em poesias e obras como *Macunaíma* (1928), formando um corpo de trabalho que reflete e amplia a complexidade do Brasil e de seu tempo.

Enquanto o *Leitura* possuía uma temática mais séria, o *Pasquim* era reconhecido por suas sátiras. Além da oposição ao regime militar, ressaltamos aqui a profunda estima que tinham por Mário de Andrade. A admiração pelo escritor modernista se refletia não apenas no reconhecimento de sua importância histórica e literária, mas também na forma como suas ideias e críticas sobre a sociedade e a política eram valorizadas e discutidas pelos intelectuais do período. Ambas as publicações, embora com enfoques distintos, compartilhavam um compromisso com a crítica social e cultural que marcava a época.

Se reconhecemos a importância de análises mais clássicas sobre as estruturas sociais e econômicas do país, estamos interessados em pensar aqui como a arte e outras manifestações culturais oferecem uma compreensão única de interpretação da realidade brasileira. Analisar o ambiente cultural de uma época não significa escolher uma área e ignorar as outras, mas compreender como a estética simboliza uma visão sublime do político. Uma perspectiva mais subjetiva permite reavaliar aspectos conhecidos sob uma nova luz, incentivando abordagens mais críticas, tolerantes e éticas em relação à política. Essa nova visão da realidade possibilita a representação de vozes marginalizadas e emoções complexas de forma racional.

No contexto das transformações políticas da década de 1960, o pensamento de Mário de Andrade pareceu retomar especial atenção. Em conjunto às abordagens antropofágicas de Oswald de Andrade, é possível percebermos uma revitalização dos ideais modernistas no cenário cultural tanto nas dinâmicas reformistas do nacional-desenvolvimentismo até as radicais transformações desencadeadas pelo Golpe civil-militar de 1964. Em um momento de censura e perseguições políticas, focar no elemento cultural não é escolher ignorar a violência do regime, mas destacar como a arte e a cultura tomaram papel central no pensamento social da época como forma alternativa de expressão. Artistas, estudantes e militantes produziram, distribuíram e debateram o cinema, a literatura, a poesia, a música e as artes performáticas. Essas expressões culturais não apenas serviram como meios de resistência política e social, mas também como pontes que aproximavam o pensamento crítico das camadas populares, proporcionando uma compreensão mais profunda da realidade brasileira. Através dessas práticas, buscavam não só contestar as estruturas opressoras, mas também criar um diálogo com as diversas vozes do país, refletindo e reinterpretando a complexa situação do Brasil.

Mário de Andrade foi um pensador essencial no contexto da ditadura porque serviu como espelho para a ação intelectual. Por ser um artista multifacetado, o escritor paulista inspirou outros artistas, militantes e estudiosos a buscar novas formas de expressão e de valorização da identidade cultural brasileira. Sua obra ofereceu um referencial crítico para entender e questionar a realidade, incentivando a reflexão sobre a identidade nacional e as tensões sociais e políticas do período. Relembrar Mário e o Modernismo não é ignorar o Brasil, mas escolher se opor ao patriotismo repressor da ditadura militar em um nacionalismo *à la* Macunaíma, de consciência crítica e inclusiva.

Referências

- ANDRADE, Mário de. **Aspectos da Literatura Brasileira**. 5ª edição. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1974.
- ANDRADE, Oswald. **Dicionário de bolso**. São Paulo: Globo, 1990.
- AQUI ESTÁ a entrevista. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 106, 15-21 de jul. de 1971.
- CABRAL, Sérgio. Mário de Andrade (1). **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 37, 5 a 7 de mar. de 1970.
- CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.
- _____. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- _____. Prefácio. In: DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. Editora Todavia: São Paulo, 2022.
- CARNEIRO, Edison. Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. **Leitura**, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 46, abril de 1961.

- CARPEAUX, Otto Maria. Os escritores e a situação. **Leitura**, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 83/84, jun.-jul. de 1964.
- CRUZ, Heloisa de Farias; PEIXOTO; Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, dez. 2007.
- DANTAS, Paulo. Tendência de Gente Nova. **Leitura**, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 48, jul. de 1961.
- DOCE, Claudia Rio. Literatura e política cultural pelas páginas de Leitura. **Revista IEB**, São Paulo, n.54, set./mar. 2012.
- FAVARETTO, Celso. Do modernismo aos anos 60: resistência e criação. **Limiar**, São Paulo, v.1, n.1, 2013.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; BRAGA-PINTO, César. Uma efeméride boa para pensar? Do cinquentenário aos cem anos da Semana de Arte Moderna de 1922. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, p. 1-26, 2022.
- JARDIM, Eduardo. **Mário de Andrade: eu sou trezentos: vida e obra**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
- LEAL, Cláudio; SOMBRA, Rodrigo. “O Brasil é desafinado, tem as sílabas tônicas fora dos tempos fortes”, afirma Caetano Veloso. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 abr. 2017.
- MARQUES, Ivan Francisco. O legado modernista: recepção e desdobramentos nas décadas de 1960 e 1970. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 105, p. 153-168, 2022.
- NAPOLITANO, Marcos. Um modernismo, duas ditaduras: a vertente conservadora do modernismo brasileiro e as políticas culturais autoritárias ao longo do século XX. **ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte**, Uberlândia, v. 25, n. 47, p. 200-221, jul.-dez. 2023.
- NICODEMO, Thiago Lima. O "Modernismo de Estado" e a política cultural brasileira na década de 1940: Cândido Portinari e Gilberto Freyre nos EUA. Santa Catarina, **Revista Landa**, Vol. 5, N. 1, 2016.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Seja moderno, seja conservador. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1 n. 2, 1988.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- PICCHIA, Menotti del. A presença de Mário. **Leitura**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n.32, fev. de 1960.
- QUEIROZ, Andréa. O Pasquim: um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação (1969-1991). **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 31, Jul./Dez. 2004.
- RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: Artistas da revolução, do CPC à era da TV**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- RODA VIVA. 'Macunaíma' é o retrato do cidadão brasileiro? Confira resposta de Grande Otelo | 1987. Youtube, 17 de fev. 2021. Disponível em: [youtube.com/watch?v=dMHYT7i3HGk](https://www.youtube.com/watch?v=dMHYT7i3HGk). Acesso em: 10 de agosto de 2024.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política 1964-1969: Alguns Esquemas. In: **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 61-92.

SILVA, Julio Cezar. Cultura Brasileira em Dois Tempos: Mário de Andrade, Guru de Hermínio Bello de Carvalho. **Revista Literatura em Debate**, v. 9, n. 16, p. 1-15, ago. 2015.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras Brasileiras: Itinerários no pensamento social e na literatura**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

VERISSIMO, ERICO; et al. Paulo Duarte, cidadão de São Paulo, do Brasil, do mundo. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 338, 19-25 de dezembro de 1975.